

Nº 129

Presença do Estado no Brasil

10 de janeiro de 2012

Comunicados do Ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli de Correa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura, substituto

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fábio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

1. Introdução

Em um país com imensas desigualdades regionais como o Brasil, o Estado assume importante papel no desenvolvimento do tecido social e econômico local. Buscando levantar números que sinalizem as principais características da distribuição da existência do Estado no território nacional, o Ipea apresenta o Comunicado *Presença do Estado no Brasil: Federação, unidades e municipalidades*. Em livro de mesmo nome disponibilizado no site do Ipea, é possível encontrar uma discussão mais completa e aprofundada sobre o tema.¹

A partir de uma série de indicadores, desagregados por regiões e unidades federativas, esse levantamento torna-se um importante instrumento para estudiosos e gestores públicos das diferentes esferas de governo pensar o planejamento, a formulação e a avaliação das políticas públicas brasileiras.

Os temas abordados contemplam as áreas de saúde, educação, cultura, assistência social, trabalho, segurança pública, transportes e instituições financeiras públicas. Os dados referem-se ao último ano disponibilizado e tratam em sua maioria de registros administrativos coletados junto aos ministérios, às autarquias e aos institutos de pesquisa. Este documento mantém-se no nível da unidade da Federação (UF), mas há dados analisados por município, que serão disponibilizados no *site* do Ipea.

2. Assistência social

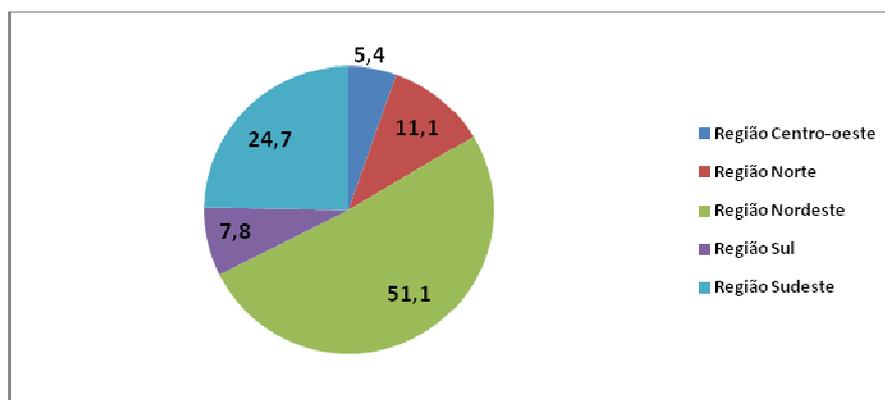
A Previdência Social e a assistência social representam as principais formas de atuar na área social do Brasil, ao considerar que os orçamentos alocados para tais fins e as ações em termos do financiamento das políticas emanam, essencialmente, do governo federal. Mesmo se somados os orçamentos da Educação e da saúde, outras modalidades de política universais, estes não atingem o peso dos gastos públicos sociais representados pela Previdência e pela assistência social.

A opção por fixar o piso de benefícios previdenciários e para benefícios assistenciais de prestação continuada para idosos e deficientes (Benefício de Prestação Continuada – BPC) e equiparar os trabalhadores rurais aos urbanos teve um efeito poderoso sobre a distribuição de renda. Ademais, o Programa Bolsa Família (PBF) representou um estímulo adicional à redução das desigualdades.

Reduzir as desigualdades e a própria pobreza requer esforços paralelos como: aumentar os gastos com saúde e educação, para destacar os serviços sociais de mais dimensão; promover uma regulamentação mais eficaz do mercado de trabalho; reformar a política tributária, tornando-a efetivamente progressiva. Em outras palavras, é preciso, em parte, gastar mais em políticas sociais, gastar melhor e tributar menos as populações de renda mais baixa.

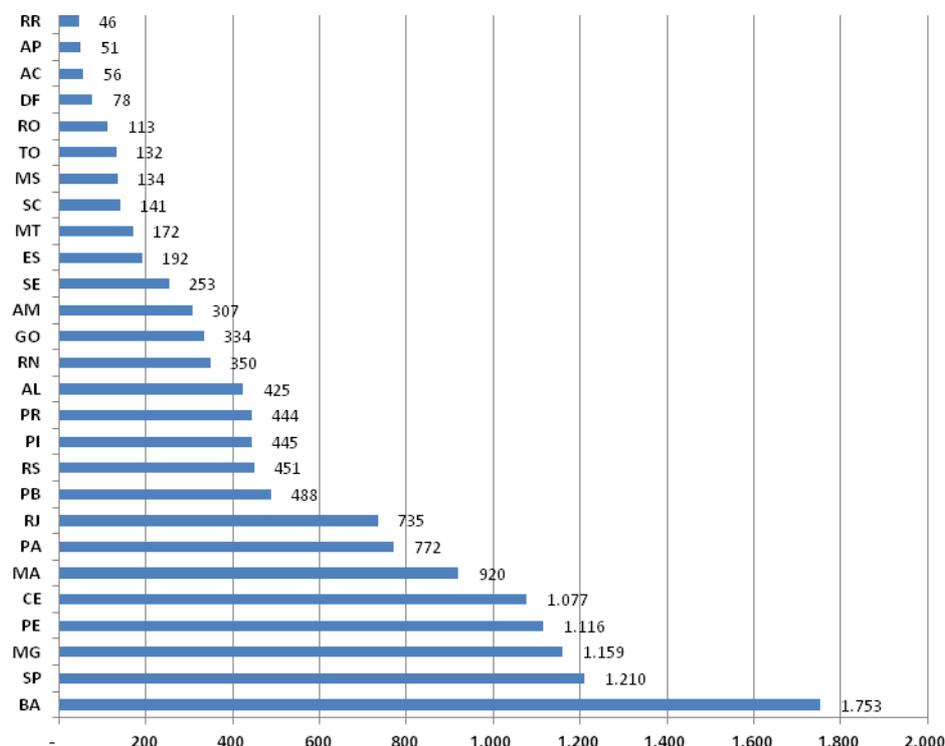
Outro ponto a ser destacado é a cobertura da assistência Previdência e Assistência Social que promovem um importante trabalho de integração nacional. Ainda assim, persistem desafios para melhorar a cobertura, que são devidos a problemas cadastrais e de documentação. Uma ação mais integrada entre agências públicas e esferas de governo ainda se pode traduzir em ótimos resultados para a melhoria das ações, sobretudo em municípios de menor porte em regiões isoladas. Os gráficos abaixo mostram a distribuição, por região e unidades da federação, do PBF em dezembro de 2011. Neste período, foram pagos 13,35 milhões de benefícios às famílias brasileiras, somando mais de R\$ 1,6 bilhão de reais. A distribuição regional do número de benefícios pode ser vista no **gráfico 1**. Cinco estados possuem mais de um milhão de benefícios: Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará (**gráfico 2**).

Gráfico 1 – PBF: Número de benefícios (%), por região, dezembro 2011



Fonte: Ipeadata

Gráfico 2 – PBF: número de benefícios (em mil), por UF, dezembro 2011



Fonte: Ipeadata

3. Saúde

Os dados mostram a presença do Estado na área da saúde considerando dois aspectos: o número de profissionais da área de saúde com instrução de nível superior (médicos e enfermeiros) e o número de procedimentos aprovados (consultas e internações), todos no âmbito do SUS, por habitantes.

Enquanto a média brasileira de profissionais da área de saúde com instrução de nível superior por mil habitantes fica em 3,1, nas regiões Norte e Nordeste esses números são inferiores (1,9 e 2,4 respectivamente) e superiores nas regiões Sul e Sudeste (igualmente 3,7). Estas informações permitem concluir que há uma concentração de profissionais mais bem qualificados (instrução de nível superior) nas regiões mais desenvolvidas – Sul e Sudeste – em detrimento das regiões menos desenvolvidas – Norte e Nordeste –, sendo que a região Centro-Oeste possui índices mais próximos da média nacional.

Em relação aos procedimentos aprovados pelos SUS, as diferenças regionais também se repetem, embora em relação à média de consultas por habitantes fiquem

todas próximas da média nacional (em torno de 2,6). Entretanto, quando se verifica a média de consultas aprovadas por médico por habitante, as regiões Sul e Sudeste apresentam médias inferiores à nacional e ainda mais se comparadas com as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Quanto ao procedimento de internação, as diferenças regionais também aparecem, embora de maneira diferente. Neste item, a região Sul apresenta a maior média de internações aprovadas por 100 habitantes, enquanto a região Sudeste continua a ter a menor relação. A região Nordeste, por sua vez, apresenta média idêntica à nacional, o que pode indicar, se considerarmos todos os índices relativos à área da saúde, um número de leitos disponíveis para internação insuficiente para a necessidade da região.

Porém, quando apurada a média de internações por médico por 100 habitantes as diferenças regionais voltam ao padrão apontado inicialmente, em que as regiões Sul e Sudeste apresentam médias inferiores à nacional, enquanto as demais regiões vão superá-la.

Essas diferenças podem significar uma necessidade menor de internações na região Sudeste, a mais desenvolvida economicamente, em virtude de maior oferta de médicos e com melhor distribuição dos pontos de atendimento, enquanto as demais regiões têm oferta menor de profissionais – exclui-se aqui a Sul – e com uma pior distribuição dos pontos de atendimento, exigindo maiores deslocamentos da população na busca pelo serviço e a necessidade de permanência em internação para a conclusão do tratamento, em virtude da distância entre o local de atendimento e o seu domicílio.

O problema da concentração de profissionais e de leitos para internação fica evidenciado principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde estes vão se concentrar nas capitais e nas poucas cidades de maior porte.

O Brasil tem 1.616 municípios – que representam 29% do total, com população estimada em 20.727.759 ou 11% do total com média inferior a um médico por mil habitantes – cuja concentração se dá nas regiões menos desenvolvidas do país: a Norte e a Nordeste.

Na região Norte, o número de municípios que se encontram nesta condição representam 69% do total, enquanto na região Nordeste eles são 43% do total de municípios. As demais regiões apresentam números bem melhores, sendo estes percentuais de 23% no Centro-Oeste, 17% no Sul e 14% no Sudeste.

Ao contrário, esses percentuais se invertem quando se verificam os municípios com número de médicos por mil habitantes igual ou superior a dois. No país eles somam 1.897 municípios ou 34% do total, com população estimada em 127.362.316 ou 67% do total.

A região Sudeste tem 56% dos seus municípios nesta situação, enquanto a Sul tem 45%, a Centro-Oeste, 30%, a Nordeste, 14% e a Norte, apenas 7%.

Em relação às consultas aprovadas pelo SUS, o país tem 460 municípios com média inferior a um atendimento por habitante e 2.176 municípios sem nenhuma internação aprovada pelo SUS, que pode ser entendido como o número de municípios sem leitos para internação.

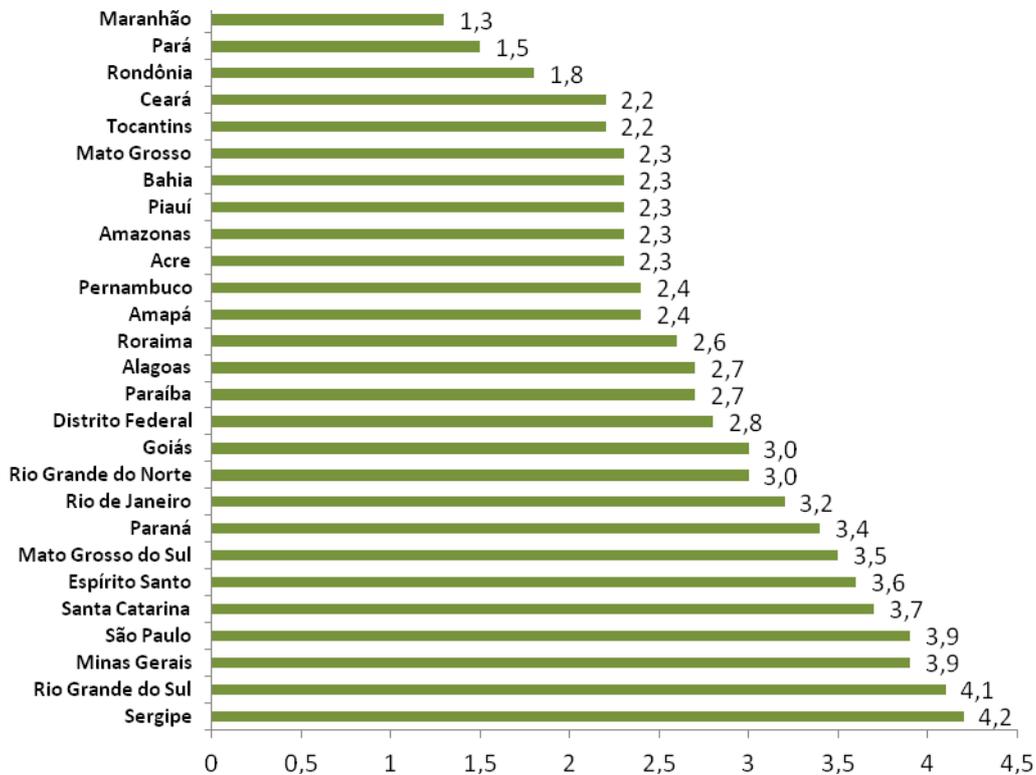
De modo geral, a presença do Estado na área da saúde se mostra com desequilíbrio regional, desfavorecendo as regiões menos desenvolvidas do país, com menos presença de profissionais com nível de instrução superior e menor quantidade de leitos disponíveis para internação. Além dos fatores econômicos, agravam a situação de desigualdade, a dimensão e a complexidade das suas áreas e as dificuldades de locomoção decorrentes destas condições.

Tabela 1- N°. Profissionais da área de saúde com instrução de nível superior que atendem ao SUS por mil habitantes - Grandes Regiões

Região/UF	População estimada 2009/IBGE	Médicos	Médicos por mil hab.
Norte	15.359.608	28.510	1,9
Nordeste	53.591.197	126.425	2,4
Sudeste	80.915.332	301.303	3,7
Sul	27.719.118	103.621	3,7
Centro-Oeste	13.895.375	40.540	2,9
Brasil	191.480.630	600.399	3,1

Fonte: Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datusus)/Cadastro Nacional de Estabelecimentos da Saúde (CNES)/Ministério da Saúde (MS).

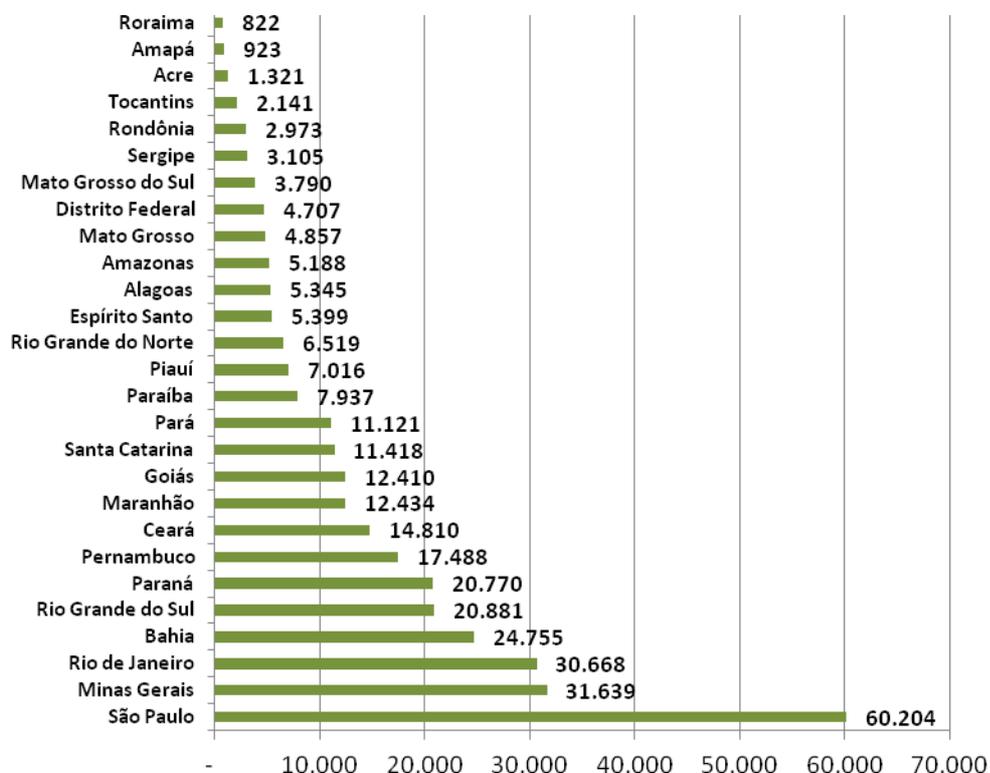
Gráfico 3- N°. Profissionais da área de saúde com instrução de nível superior que atendem ao SUS por mil habitantes – Unidades da Federação



Fonte: Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datasus)/Cadastro Nacional de Estabelecimentos da Saúde (CNES)/Ministério da Saúde (MS).

Quanto ao número de leitos de internação pelo SUS, estes somaram em novembro de 2011 um total de 330.641. A distribuição regional destes leitos mostra o seguinte quadro: Norte concentra 7,4% do total; Nordeste, 30,1%; Sudeste, 38,7%; Sul, 16,1%; e Centro-Oeste, 7,8%. A distribuição pelas unidades federativas pode se vista no gráfico 4. São Paulo detém 18% do total de leitos e o Acre, 0,25%.

Gráfico 4- Número de leitos de internação (SUS), por Unidade da Federação, novembro 2011



4. Educação

Em 2005, o governo federal iniciou uma série de programas com a intenção expressa de garantir educação de qualidade para todos, destacando-o como o “Ano da qualidade da educação básica”. Em continuidade a esse movimento, em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que definiu uma agenda de fortalecimento da educação básica, com metas a serem alcançadas, pautada na formação de docentes, no piso salarial nacional dos professores e em novos instrumentos de financiamento (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB), avaliação e responsabilização das escolas e demais agentes públicos.

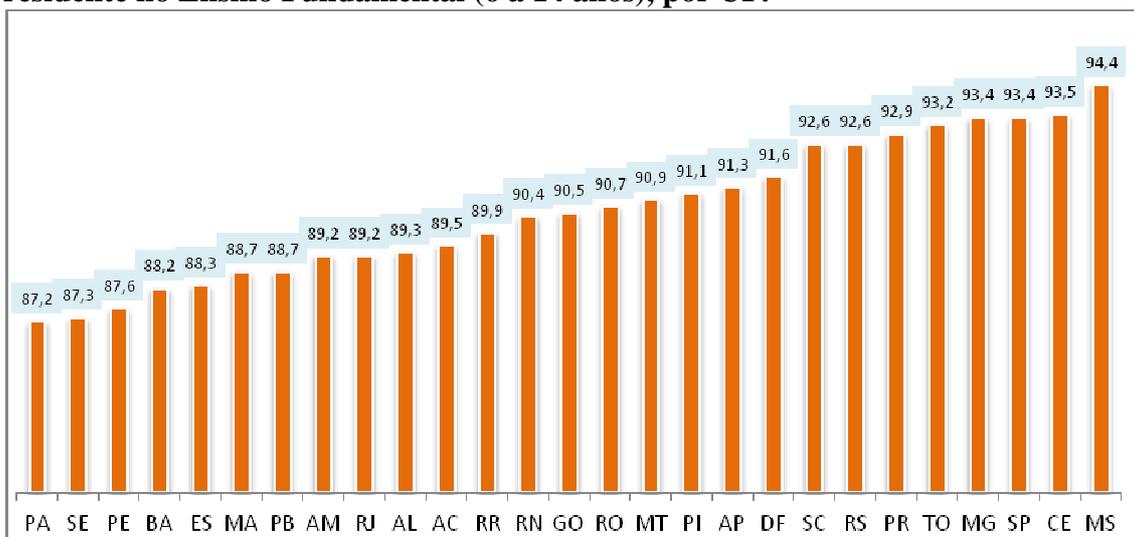
Sendo uma política de longo prazo, os efeitos e o sucesso dessas políticas só poderão ser efetivamente avaliados no futuro. No entanto, como mostram os dados deste trabalho, o Brasil é um país plural, com diferenças regionais e intrarregionais; assim sendo, toda política educacional deve considerar essas diferenças, se deseja atingir seus objetivos.

Os avanços no acesso ao ensino fundamental (EF) são notados quando se observam não apenas o ingresso em número de matrículas, mas as taxas de frequência líquida, tendo o país, já há alguns anos, avançado em direção à universalização do acesso. Entretanto, percebe-se que problemas tradicionais da educação pública brasileira permanecem acentuados. As taxas de frequência líquida do ensino fundamental evidenciam as diferenças regionais. O mesmo se aplica ao ensino médio (EM). O problema é mais grave em alguns estados do Nordeste, onde a inadequação idade-ano escolar ou abandono no EF está acima de 10% (gráfico 5). Por outro lado, isso consideravelmente menor no Sul e no Sudeste. Apesar de manterem um padrão regional semelhante as do ensino fundamental, as baixas taxas de frequência líquidas do ensino médio novamente atestam as dificuldades de ou manter os jovens na escola ou manter a adequação entre a idade e o ano escolar em que o indivíduo deveria estar cursando.

Uma das principais causas da evasão escolar, as altas taxas de reprovação no ensino fundamental confirmam que solucionar os problemas do processo de aprendizagem dos alunos é o maior desafio da educação pública hoje. Se as diferenças mais substanciais nas taxas de reprovação podem ser explicadas pela difusão do ensino em ciclos em algumas regiões – por exemplo, no estado de São Paulo –, o problema da repetência é generalizado. Deve-se observar que, em um mundo altamente competitivo, parte da população acaba sendo penalizada com a baixa escolaridade, condenada aos postos de trabalho menos valorizados e mal remunerados. Uma questão sempre relevante nas políticas educacionais é, certamente, a formação inicial e continuada dos professores.

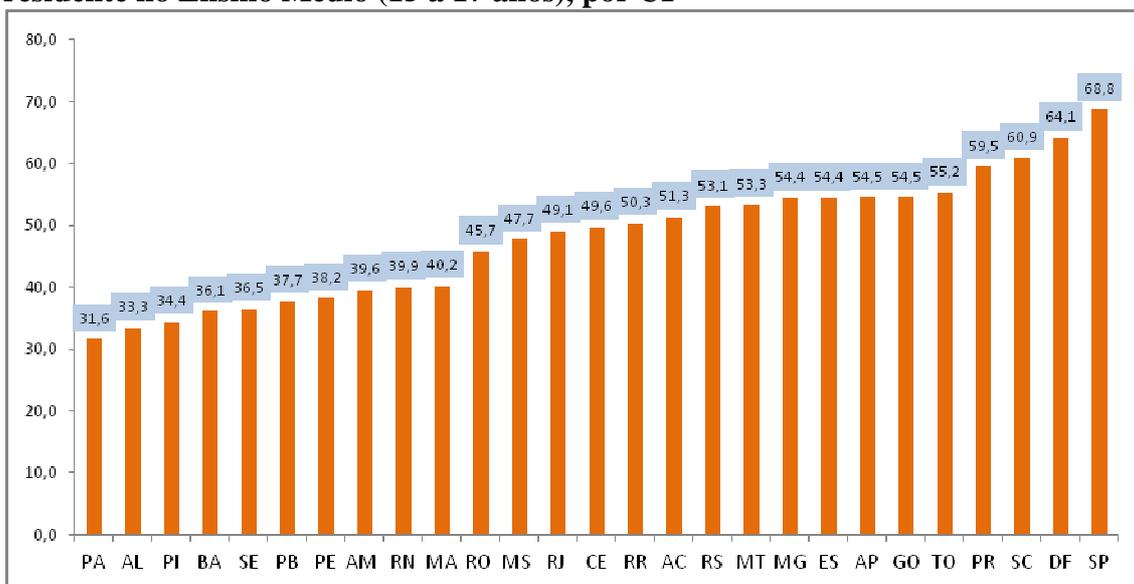
Enquanto a maior parte dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio são públicos – municipais, estaduais e federais –, o ensino superior no Brasil é dominado pelas instituições privadas. Não obstante a abertura de novas universidades federais nos últimos anos, a proporção de estabelecimentos de ensino superior públicos nos diferentes estados raramente ultrapassa os 15%, segundo último dado disponibilizado pelo Censo Escolar do Ministério da Educação e Cultura (MEC)².

Gráfico 5 -Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente no Ensino Fundamental (6 a 14 anos), por UF.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Gráfico 6 -Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino da população residente no Ensino Médio (15 a 17 anos), por UF



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009

Um ponto relevante nas políticas educacionais é, certamente, a formação inicial e continuada dos professores. No PDE, a qualificação do docente constitui um de seus pilares de sustentação, com a criação do piso salarial nacional para o professor e o estímulo e a ampliação do acesso dos educadores à universidade. Os baixos salários pagos em média aos docentes da educação pública têm dificultado a manutenção dos melhores profissionais nos quadros do magistério. Isso se reflete na proporção de

docentes do EF com formação superior, que em estados como Roraima, Maranhão e Bahia não atinge 40%. Apenas em Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal a proporção ultrapassa os 80%. Da mesma forma, em algumas regiões, a proporção dos docentes do ensino médio com formação superior está longe dos ideais 100% (Tabela 2), segundo dados de 2008, os últimos disponibilizados pelo MEC.

Outra questão importante é elevada proporção de escolas públicas paralisadas em algumas regiões – como Minas Gerais, Tocantins e Rondônia – e simultaneamente o virtual atendimento universal do ensino fundamental revelam como as questões de espaço físico são problemas que, em grande medida, já se encontram superados na educação brasileira.

Enquanto a maior parte dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio são públicos – municipais, estaduais e federais –, o ensino superior no Brasil é dominado pelas instituições privadas. Não obstante a abertura de novas universidades federais nos últimos anos, a proporção de estabelecimentos de ensino superior públicos nos diferentes estados raramente ultrapassa os 15%, segundo último dado disponibilizado pelo Censo Escolar do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (Tabela 3).

Tabela 2 - Quantidade de docentes dos ensinos fundamental e médio com e sem formação superior por regiões e UFs – Brasil, 2008.

Fonte: Censo escolar/INEP/MEC

Região/UF	Total de docentes	Razão de docentes de português por mil hab.	Razão de docentes de matemática por mil hab.	Docentes do EF	Docentes do EM	Docentes do EF com formação superior	Docentes do EM com formação superior	Total de docentes com formação superior
Norte	169.866	6	5,9	122.755	29.752	63.763	27.108	86.995
Rondônia	16.145	5,5	5,5	12.231	3.280	8.347	3.079	10.597
Acre	9.998	8,6	8,5	7.039	1.476	2.949	1.365	4.696
Amazonas	37.205	6,2	6,2	26.593	6.472	16.120	5.728	21.488
Roraima	6.435	7,9	7,9	4.636	1.187	1.524	767	2.280
Pará	71.794	5,3	5,2	52.245	11.901	22.475	11.005	30.829
Amapá	9.739	7,6	7,5	6.716	1.658	2.909	1.527	4.444
Tocantins	18.550	7,1	7	13.295	3.778	9.439	3.637	12.661
Nordeste	627.721	6,1	6	420.530	116.861	210.611	95.051	292.910
Maranhão	92.165	8,1	7,9	61.390	15.728	22.903	13.104	33.240
Piauí	44.879	7,1	7	31.529	9.723	16.895	8.228	23.600
Ceará	92.981	5,9	5,8	60.536	14.998	41.528	13.679	58.218
Rio Grande do Norte	38.532	5,7	5,5	24.493	6.475	15.522	4.951	21.660
Paraíba	47.525	6,7	6,6	31.993	8.503	19.827	6.993	26.924
Pernambuco	92.928	5,6	5,5	61.927	21.413	37.134	19.829	49.839
Alagoas	32.651	5,6	5,6	22.694	5.241	10.951	4.365	14.288
Sergipe	23.702	5,9	5,8	16.798	4.412	11.475	3.979	15.304
Bahia	162.358	5,5	5,3	109.170	30.368	34.376	19.923	49.837
Sudeste	854.216	3,9	3,8	539.681	204.181	440.895	196.166	627.206
Minas Gerais	235.350	5	4,9	159.466	53.276	127.965	49.099	173.300
Espírito Santo	39.096	4,5	4,4	25.014	7.599	19.528	6.873	28.610
Rio de Janeiro	162.476	3,8	3,8	103.493	40.918	69.269	39.466	100.025
São Paulo	417.294	3,3	3,3	251.708	102.388	224.133	100.728	325.271
Sul	317.593	4	4	202.472	72.382	166.204	68.207	230.091
Paraná	118.546	4,2	4,2	77.004	30.385	66.798	29.446	90.021
Santa Catarina	76.401	3,8	3,7	43.993	14.701	36.719	13.412	55.666
Rio Grande do Sul	122.646	4	4	81.475	27.296	62.687	25.349	84.404
Centro-Oeste	152.307	4,5	4,4	103.502	34.777	83.543	31.620	113.853
Mato Grosso do Sul	28.320	4,8	4,6	19.403	6.492	16.923	6.167	22.017
Mato Grosso	35.238	4,8	4,8	24.573	9.010	18.842	8.035	24.748
Goiás	60.095	4,4	4,2	42.051	14.910	33.449	13.351	44.397
Distrito Federal	28.654	4,4	4,2	17.475	4.365	14.329	4.067	22.691
Brasil	2.121.703	24,5	24,1	1.388.940	457.953	965.016	418.152	1.351.055

Tabela 3 - Quantidade de escolas dos ensinos fundamental, médio e superior em atividade por UFs e regiões 2008

Fonte: Censo escolar/INEP/MEC

Região/UF	Escolas públicas	Escolas públicas em atividade	Escolas públicas de EF em atividade	Escolas de EF em atividade	Escolas públicas de EM em atividade	Escolas de EM em atividade	Escolas em atividade	Estabelecimentos de ensino superior públicos	Estabelecimentos de ensino superior
Norte	27.008	23.601	21.526	22.354	1.480	1.793	24.847	18	139
Rondônia	2.090	1.594	1.447	1.555	181	231	1.782	2	29
Acre	1.830	1.678	1.545	1.571	61	73	1.713	1	9
Amazonas	5.621	5.162	4.878	5.019	340	381	5.389	3	19
Roraima	773	706	617	627	100	108	722	3	7
Pará	13.135	11.826	10.715	11.104	471	616	12.363	4	31
Amapá	754	726	643	688	73	95	796	1	12
Tocantins	2.805	1.909	1.681	1.790	254	289	2.082	4	32
Nordeste	85.730	72.610	63.807	69.976	4.824	6.497	80.912	59	432
Maranhão	14.015	12.963	11.527	12.076	760	928	13.781	4	29
Piauí	8.345	6.924	6.018	6.359	479	623	7.413	3	35
Ceará	11.895	9.341	7.458	8.773	538	823	11.048	5	52
Rio Grande do Norte	4.639	3.677	2.886	3.326	315	444	4.303	5	23
Paraíba	6.977	5.907	5.298	5.764	393	506	6.479	4	34
Pernambuco	9.831	8.595	8.017	9.383	839	1.183	10.388	25	96
Alagoas	3.349	3.088	2.764	2.993	191	295	3.408	4	24
Sergipe	2.486	2.219	1.914	2.138	160	231	2.499	2	14
Bahia	24.193	19.896	17.925	19.164	1.149	1.464	21.593	7	125
Sudeste	50.180	40.963	29.504	37.234	7.202	11.692	57.139	104	1.069
Minas Gerais	20.908	13.925	11.257	12.936	2.007	2.928	17.805	25	308
Espírito Santo	4.095	3.315	2.533	2.810	288	461	3.821	4	88
Rio de Janeiro	7.502	6.611	5.037	7.016	1.129	1.897	9.631	23	136
São Paulo	17.675	17.112	10.677	14.472	3.778	6.406	25.882	52	537
Sul	23.697	21.046	15.782	17.315	2.965	4.039	25.897	39	370
Paraná	7.730	7.179	5.452	6.165	1.251	1.641	9.029	22	178
Santa Catarina	6.262	5.662	3.524	3.872	672	908	6.713	7	93
Rio Grande do Sul	9.705	8.205	6.806	7.278	1.042	1.490	10.155	10	99
Centro-Oeste	8.368	7.684	6.284	7.590	1.402	2.023	9.712	16	242
Mato Grosso do Sul	1.168	1.151	856	1.094	301	430	1.587	3	41
Mato Grosso	2.759	2.429	2.027	2.227	415	535	2.762	3	61
Goiás	3.809	3.483	2.886	3.537	599	868	4.398	8	74
Distrito Federal	632	621	515	732	87	190	965	2	66
Brasil	194.983	165.904	136.903	154.469	17.873	26.04	198.507	236	2.252

5. Trabalho

Os dados divulgadas pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para 2010 revelam indicadores importantes de intermediação de mão de obra. As informações estão organizadas por grandes regiões³ e as variáveis analisadas são o número de inscritos no sistema, o número de vagas disponíveis, o número de cidadãos encaminhados e os de fato colocados.

O número de inscritos registra todos os cidadãos que se cadastraram em um posto de atendimento em busca de uma vaga no mercado de trabalho durante o ano em questão (2010). Os encaminhados referem-se aos cidadãos que foram encaminhados à seleção de uma vaga no mercado de trabalho, enquanto os colocados mostram os que de fato passaram a ocupar uma vaga no mercado de trabalho na região/estado/município analisado. Dois indicadores merecem atenção: a relação entre colocados e encaminhados, que revela a eficiência do sistema de intermediação, e a proporção entre os colocados e o número de vagas efetivamente ocupadas.

Tabela 4 – Intermediação de mão de obra, indicadores por regiões, 2010

Regiões	No de trabalhadores inscritos	No de trabalhadores encaminhados	No de vagas ofertadas pelo SINE	No de trabalhadores colocados	colocados/ encaminhados (%)	colocados/ vagas (%)
Norte	205.225	209.955	112.339	49.742	23,7	44,3
Nordeste	810.706	922.565	428.890	320.319	34,7	74,7
Sudeste	1.791.945	2.519.379	1.206.731	364.156	14,5	30,2
Sul	1.076.000	1.339.643	483.696	252.615	18,9	52,2
Centro-oeste	441.362	616.845	275.441	103.566	16,8	37,6
Brasil	4325238*	5.608.387	2.507.097	1.090.398	19,4	43,5

Nota: * O número de encaminhados inclui estoque dos anos anteriores

Fonte: MTE 2010, Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

O primeiro indicador mostra uma significativa diferenciação regional, com maiores valores nas regiões Nordeste e Norte, seguido da região Sul. Em muitos casos, porém, a relação elevada pode indicar pequeno número de encaminhamentos. Portanto, é importante destacar os valores absolutos das colocações.

Uma análise mais apurada da evolução recente destes indicadores revela um instrumento importante de avaliação dos mecanismos institucionais de intermediação da mão de obra. Tal instrumento sempre teve um papel importante desde os tempos de elevado desemprego, mas ainda terá um papel estratégico a desempenhar no mercado de trabalho brasileiro para os próximos anos, quando esse deverá se caracterizar pela demanda de emprego também com mais qualificação, confirmando resultados recentes

que têm sido verificados na medida em que a economia tem retomado seu dinamismo. Além do mais, esses instrumentos devem levar em conta o aprofundamento da crise financeira internacional, e o conseqüente aumento da competição por emprego, a mudança demográfica em curso, e especialmente a assimetria de oportunidades ainda existente entre as regiões brasileiras.

Por fim, na tabela 3 estão presentes informações sobre seguro-desemprego em 2009. Os dados foram divulgados pela pesquisa do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), organizada e divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em primeiro lugar, chama atenção que, em quase todas as unidades da Federação, estão segurados pelo menos 85% dos dispensados sem justa causa. Tomando-se a relação entre os trabalhadores dispensados sem justa causa e os trabalhadores desligados, percebe-se que a taxa situa-se em torno de 60% na maioria dos estados da Federação, sendo que em boa parte dos estados da região Nordeste o percentual é um pouco superior e nos estados da região Centro-Oeste, um pouco inferior – exceto no Distrito Federal.

De todo modo, o que se percebe pelos dados do CAGED, referentes ao seguro-desemprego, é que o grau de cobertura dos desligados é alto e não guarda particularidades regionais, o que revela a consolidação deste sistema integrante do sistema brasileiro de seguridade social.

Tabela 5 - Indicadores de seguro-desemprego formal por regiões e UFs – Brasil, 2009

Região/UF	Desligados (A)	Dispensa sem justa causa (B)	Segurados (C)
Norte	622.920	409.649	367.732
Rondônia	101.034	64.131	53.634
Acre	21.821	14.043	14.321
Amazonas	165.088	97.430	91.848
Roraima	12.403	7.886	8.845
Pará	247.590	175.092	149.506
Amapá	20.238	13.927	15.354
Tocantins	54.746	37.140	34.224
Nordeste	1.915.028	1.317.928	1.136.985
Maranhão	142.429	107.430	93.438
Piauí	66.763	50.515	44.855
Ceará	314.768	226.242	194.206
Rio Grande do Norte	146.830	102.967	87.002
Paraíba	95.848	71.321	65.569
Pernambuco	393.087	238.846	207.257
Alagoas	113.249	79.496	70.147
Sergipe	78.677	55.584	46.985
Bahia	563.377	385.527	327.526
Sudeste	8.289.534	5.026.513	3.854.889
Minas Gerais	1.899.592	1.192.395	905.994
Espírito Santo	351.573	220.367	162.626
Rio de Janeiro	1.264.732	792.326	585.932
São Paulo	4.773.637	2.821.425	2.200.337
Sul	3.051.942	1.611.916	1.282.858
Paraná	1.126.560	622.867	493.892
Santa Catarina	877.382	420.909	324.109
Rio Grande do Sul	1.048.000	568.140	464.857
Centro-Oeste	1.313.106	791.051	636.370
Mato Grosso do Sul	216.486	125.679	104.368
Mato Grosso	318.748	185.601	141.527
Goiás	509.371	302.802	255.573
Distrito Federal	268.501	176.969	134.902
Brasil	15.192.530,00	9.157.057,00	7.278.834,00

Fonte: MTE, Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED)

6. Bancos públicos

Mesmo diante da evidência de que as atividades econômicas distribuem-se de forma desigual no território, a análise da participação e da penetração dos bancos públicos federais no território nacional revela para a sociedade brasileira como o acesso aos produtos e serviços financeiros espelha, como outras tantas políticas públicas, a heterogeneidade do país. Reconhecidas as dificuldades decorrentes da geografia e também as diferentes dotações de recursos produtivos – que naturalmente atuam como fatores atrativos à atividade financeira –, cabe refletir o quanto a ação do Estado pode contribuir para diminuir tamanha desigualdade.

Ainda que não esteja pacificada a discussão sobre em que medida o desenvolvimento do setor financeiro pode contribuir para o crescimento de um país, a importância do acesso ao crédito para o desenvolvimento econômico e social é inquestionável. Nesse sentido, é oportuno destacar que o Brasil vem observando uma expansão vigorosa da relação crédito/PIB nos últimos dez anos, tendo o crédito se tornado um propulsor do financiamento ao investimento. Uma comparação com outros países revela, entretanto, que ainda há espaço para o mercado de crédito no país.

Paralelo a isso, o país assistiu a uma grande concentração dos ativos bancários em torno de um menor número de instituições. A indústria de produtos e serviços bancários reconfigurou-se em uma estrutura em que a ameaça de novos entrantes é baixa diante da escala de operação dos atores existentes. Some-se a isso o baixo poder de barganha dos clientes e fornecedores.

Nesse cenário, os bancos públicos federais vêm se destacando como importantes elos do Sistema Financeiro Nacional no provimento de crédito à população. Desde o auge da crise, em setembro de 2008, o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) têm sido importantes instrumentos do governo na inclusão bancária da população: crises econômicas são historicamente tempos de renovação, e o Estado brasileiro soube aproveitar a oportunidade e agir no momento e na medida adequados.

Reconhecida esta fundamental atuação nos últimos anos, cabe alertar que o atendimento bancário à população, mesmo pelos bancos públicos federais, continua incipiente. Mesmo com a utilização dos correspondentes bancários, já também amplamente adotados pelas instituições financeiras privadas, é possível que as restrições de acesso a agências bancárias sejam uma das causas centrais do fato de o Brasil ainda possuir um baixo índice de cobertura da população em comparação a países industrializados.

Em 2009, dos 5.565 municípios brasileiros, apenas 2.845 contavam com a presença de agências bancárias públicas. O estado do Piauí é o estado que tem a menor cobertura de agências bancárias públicas, 18%, menos da metade que a mesma taxa para o Nordeste. A maior cobertura está no Rio de Janeiro, com 83,7% de seus municípios dispondo desses serviços. Por outro lado, o Sul tem o maior número de agências bancárias por mil habitantes, com destaque para Santa Catarina com 8,4%. Em termos regionais, o Norte e o Nordeste têm respectivamente, 2,6% e 2,8% agências por mil

habitantes. Os estados menos aquinhoados nesse quesito são o Amazonas (1,9%) e o Maranhão (2,2%).

Gráfico 7-cobertura bancária por Região (bancos públicos)

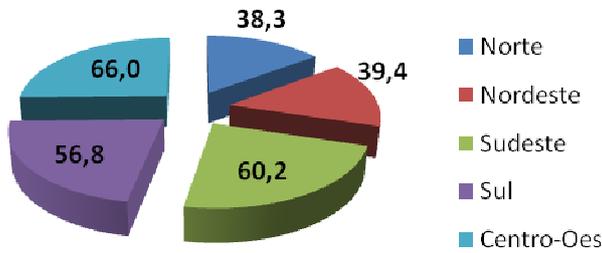
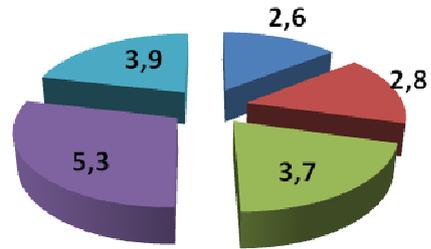
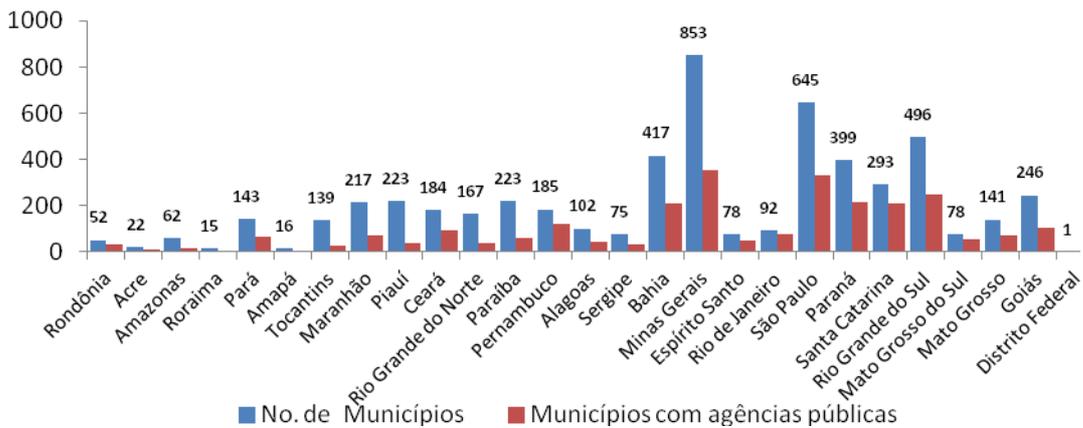


Gráfico 8 – Agências bancárias por mil habitantes



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

Gráfico 9 – Total de Municípios e Municípios com agências públicas bancárias, 2009



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

7 Segurança pública

O maior envolvimento da sociedade civil com a segurança pública é reflexo da forte ligação existente entre a efetividade desta política pública com o bem-estar da população. No momento em que toma corpo uma preocupação com aspectos mais qualitativos do desenvolvimento, ganha importância a reflexão sobre como conjugar a segurança pública com o fortalecimento da cidadania. Observar como se distribuem as forças policiais no território nacional pode ser um interessante ponto de partida para esta análise, que se revela ainda mais importante ao considerarmos que a segurança da sociedade civil gera impacto em outras tantas políticas públicas, como a saúde. Uma eventual percepção de falta de assistência pelas polícias por parte da população pode, de forma análoga, afastar o cidadão da educação, da cultura e do lazer.

A segurança pública é definida na Constituição Federal como dever do Estado, de direito e responsabilidade de todos os cidadãos, voltada para preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio. Reconhecido o dever do Estado, são as polícias seu instrumento de atuação, definidas, na Carta Magna, como os órgãos por meio dos quais a segurança pública é exercida.

A polícia civil está presente em 82,4% dos municípios brasileiros e sua distribuição por região pode ser vista nos gráficos abaixo. Minas Gerais é o estado com o maior número de municípios com delegacias, 853. No caso de delegacias especializadas, observa-se que ainda é muito pequeno seu número, como por exemplo, as delegacias de proteção ao Meio Ambiente. A região Norte tem apenas 7 municípios com delegacias, tendo-se em conta a extensão, especificidade e complexidade da região.

Gráfico 10: Municípios com delegacias de Polícia Civil, por regiões, 2009

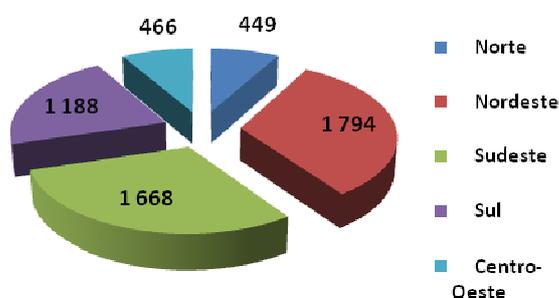
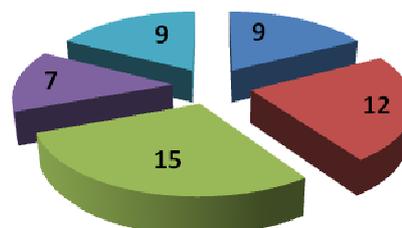


Gráfico 11: Municípios com delegacias de proteção ao Meio Ambiente, por regiões,



Fonte: IBGE, Censo 2010.

No estado do Amazonas apenas um município tem delegacia de proteção ao Meio Ambiente; no Nordeste, o Rio Grande do Norte tem o maior número (três), e o Maranhão não conta com nenhuma unidade deste tipo; no Sudeste, São Paulo tem seis municípios e o Rio de Janeiro ainda não tem nenhum. O estado de Tocantins tem quatro municípios com este tipo de delegacia.

8. Cultura

Parte importante da sociedade, a cultura também é fator de estudo do Ipea, seja por intermédio da avaliação da presença do Estado, em seus diversos níveis, seja pelas políticas públicas específicas voltadas a esse setor. A cultura também é um direito garantido pela CF/88.

Dados recentes disponibilizados pelo Censo 2010 do IBGE mostram a presença do Estado em estados e municípios na área cultural. Municípios com menos funcionários públicos por habitante na área da cultura não são necessariamente municípios sem manifestações culturais, mas sim municípios onde o investimento público em tal setor é reduzido.

Na análise apresentada aqui, foram selecionados 8 tipos de equipamentos culturais, embora o Censo classifique 17 tipos. A tabela 6 a seguir mostra o número de municípios com estabelecimentos culturais – bibliotecas, museus, teatros, centros culturais, cinemas etc total e por unidades da Federação. O Brasil tem 5.187 municípios com bibliotecas públicas; 4.824 com estádios/ginásios poliesportivos; 1.172 com salas de teatro e apenas 508 com cinemas.

O maior número de municípios com bibliotecas da região Norte está no Pará, 143. Esta região é por sua vez a que tem menor número com provedores de internet, apenas 1/5 do verificado para o Nordeste.

Tabela 6 – Municípios com existência de equipamentos culturais, 2009

Regiões e Unidades da Federação	Total	Biblioteca pública	Museu	Teatro ou sala de espetáculo	Centro cultural	Cinema	Videolocadora	Estádio ou ginásio poliesportivo	Provedor de Internet
Brasil	5 565	5 187	1 299	1 172	1 646	508	3 871	4 824	3 095
Norte	449	384	48	50	116	23	246	343	207
Rondônia	52	44	10	8	16	6	29	43	38
Acre	22	20	6	10	12	2	16	22	17
Amazonas	62	46	4	4	38	5	33	56	44
Roraima	15	13	1	4	2	1	9	13	1
Pará	143	128	16	19	28	5	90	98	90
Amapá	16	13	4	1	2	2	12	16	6
Tocantins	139	120	7	4	18	2	57	95	11
Nordeste	1 794	1 607	265	299	411	80	1 262	1 347	1 039
Maranhão	217	190	7	23	36	4	144	141	114
Piauí	224	191	29	12	35	4	111	133	104
Ceará	184	182	54	78	71	17	156	164	132
Rio Grande do Norte	167	150	24	17	33	7	97	154	58
Paraíba	223	180	33	27	34	7	152	169	101
Pernambuco	185	181	46	45	50	18	172	149	133
Alagoas	102	98	18	12	20	3	67	75	55
Sergipe	75	74	12	11	22	1	51	60	35
Bahia	417	361	42	74	110	19	312	302	307
Sudeste	1 668	1 631	469	505	610	270	1 208	1 573	985
Minas Gerais	853	842	189	181	226	73	572	794	472
Espírito Santo	78	78	25	25	27	16	68	76	47
Rio de Janeiro	92	92	45	57	68	47	78	84	67
São Paulo	645	619	210	242	289	134	490	619	399
Sul	1 188	1 125	444	255	401	102	803	1 116	577
Paraná	399	357	83	111	167	39	267	370	245
Santa Catarina	293	288	117	43	80	22	217	289	120
Rio Grande do Sul	496	480	244	101	154	41	319	457	212
Centro-Oeste	466	440	73	63	108	33	353	445	287
Mato Grosso do Sul	78	74	20	14	16	5	63	74	60
Mato Grosso	141	138	20	15	35	10	108	134	99
Goiás	246	227	32	33	56	17	181	236	127
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Censo 2010

Notas

¹ Este Comunicado tem como base o livro *Presença do Estado no Brasil: Federação, unidades e municipalidades*, lançado em novembro de 2011, por ocasião da 2ª Conferência do Desenvolvimento (CODE) realizada pelo Ipea. Pode ser acessado em www.ipea.gov.br no link Publicações.

² Ver dados completos em *Presença do Estado no Brasil: Federação, unidades e municipalidades*, Ipea, 2011 (pp 28)

³ Para detalhes desses dados em âmbito federativo e municipal, consultar o livro “Presença do Estado no Brasil”, op.cit.



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República